

REDES TERRITORIAIS E SUSTENTABILIDADE: A ARCO SERTÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL.¹

Jamille da Silva Lima²
Agripino Souza Coelho Neto³

Resumo: *Este trabalho pretende analisar a estruturação em rede da Arco Sertão, que se constitui como organização da sociedade civil, responsável pela articulação e representatividade institucional de diversas cooperativas e associações, espacialmente localizadas, sobretudo, no Território do Sisal. Dialogando-se com os conceitos de território e rede, empreendemos um esforço para contextualizar a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, que propõe políticas mais descentralizadas e plurais, incentivando o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade com vistas ao fortalecimento da gestão social dos territórios e das redes sociais de cooperação, bem como ao desenvolvimento sustentável; em concomitância com a discussão sobre a atuação da Arco Sertão, que utiliza as proposições dessa política territorial, como referencial legal para potencializar sua atuação sob a forma de redes territoriais, cujo alicerce é forjado pelos ideais de horizontalidade e participação. Nesse sentido, torna-se imprescindível apresentar além das discussões conceituais sobre a noção de território e rede, realizar uma prévia caracterização da agência em tela, etapas que concorrem para elucidação deste estudo. Os resultados das análises empíricas em sincronia com as discussões teóricas apontam as estratégias, obstáculos e desafios da Arco Sertão na viabilização da rede de articulação institucional, bem como salienta o seu papel no processo de mobilização social no Território do Sisal, além de sinalizar a necessidade de estudos sobre a repercussão da política de planejamento governamental para a sociedade.*

Palavras-chave: Políticas territoriais; Redes; Arco Sertão

INTRODUÇÃO

O presente artigo reúne as sistematizações iniciais da pesquisa: “Território, Rede e Mobilização Social: um estudo da Agência Arco Sertão no semi-árido baiano”. Objetivamos problematizar o processo de estruturação da Arco Sertão, que se constitui como uma organização da sociedade civil, sendo responsável pela rede de articulação e pela representatividade institucional de diversas cooperativas e associações, espacialmente localizadas no semi-árido baiano, principalmente no Território do Sisal. Empreendemos um esforço para compreender a atuação dessa ONG no processo de construção da participação política, destacando que sua operacionalização na forma de redes potencializa a solidariedade territorial e as alternativas de desenvolvimento das comunidades e organizações.

Além da revisão de literatura, fundamental para estabelecimento dos marcos referenciais da pesquisa, foi essencial no percurso metodológico, a análise documental, aliada à pesquisa de campo, desenvolvida com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com as principais

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvido no âmbito do Grupo Território, Cultura e Movimentos Sociais, da UNEB/Campus XI.

² Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XI). Bolsista de Iniciação Científica do PICIN/UNEB. E-mail: jamille_uneb@hotmail.com - Autor

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XI). E-mail: agscneto@uneb.br – Co-autor

lideranças da Arco Sertão e com a aplicação de questionários e entrevistas aos dirigentes de todas as entidades filiadas a agência. Associada a esses expedientes, realizou-se uma observação sistemática, participando de reuniões do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES-SISAL) e das reuniões da Arco Sertão, que contribuíram para a caracterização e análise do processo de estruturação e funcionamento da rede territorial empreendida por esta ONG com suas filiadas.

Inicialmente contextualizamos as formas de relacionamento historicamente estabelecidas entre o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada, na condução das políticas territoriais, destacando a atual configuração que se delinea com o advento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTD), implantado e gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Ministério do Desenvolvimento Agrário. A adoção desse novo modo de condução das políticas territoriais tem criado um novo horizonte para atuação da sociedade civil, configurando novos formatos de relacionamento entre Estado-sociedade, centrado na construção da autonomia e participação ativa de instituições e entidades que integram o complexo campo comumente chamado de sociedade civil.

Dialogando-se com os conceitos de território e rede, buscamos contextualizar a implantação da nova estratégia de planejamento estatal, baseada na concepção de território, que propõe políticas mais descentralizadas e plurais, através de uma valorização do envolvimento dos diversos agentes territoriais na condução das políticas públicas, e do incentivo ao estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade. Em concomitância com essa discussão encontra-se a atuação da Arco Sertão, que utiliza com veemência as proposições dessa política territorial, como referencial legal para potencializar sua intervenção sob a forma de redes territoriais, cujo alicerce é forjado pelos ideais de horizontalidade e participação.

Em seguida, delinea-se o contexto regional definido pelo novo recorte de planejamento e intervenção estatal, denominado como Território do Sisal. O referido Território, conhecido pela cultura do agave sisalana, o sisal, é reconhecido pelas suas adversidades físicas historicamente atribuídas à seca, por um conjunto de indicadores sócio-econômicos desfavoráveis exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, baixa renda, concentração fundiária, êxodo rural, e pelos esquemas de autoritarismo e clientelismo político que caracterizaram a história política do Nordeste brasileiro. No entanto, nesse território adverso a participação política e popular, efervescente de desigualdades e conflitos, vem ocorrendo de forma marcante um processo de mobilização e organização da sociedade civil, que se manifesta na proliferação de movimentos sociais, ONG's, sindicatos, associações e cooperativas. Nesse cenário que aparece a Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco Sertão), que articula na forma de redes vários grupos coletivos dispersos no espaço. A Arco Sertão é um dos atores sociais protagonista na condução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. A forma como opera e articula uma rede de cooperativas e associações regionais, na perspectiva de pensar alternativas de desenvolvimento sustentável é bastante emblemática, colocando-se como experiência nova e instigante para a análise e como desafio para o entendimento da nova dinâmica territorial no recorte espacial em tela.

A forma de operacionalização desta agência ainda nos permite refletir sobre a discussão do protagonismo da sociedade civil organizada no contexto das novas concepções políticas do Estado brasileiro, mas instiga-nos, particularmente, a problematizar a relação intrínseca dessas políticas mais descentralizadas com a efervescência das redes promovidas por esta organização em um contexto tão adverso que brevemente traçamos acima.

AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

Historicamente, as concepções das políticas territoriais estigmatizaram as bases estruturais do Estado brasileiro. A postura intervencionista em relação ao território, marcante no período republicano, viabilizou a adoção de práticas hierárquicas e autoritárias, justificadas pela premissa do desenvolvimento regional. Revestido de um discurso que buscava a coesão nacional, a redução das discontinuidades regionais e em concomitância, dotar o território de infraestrutura necessária à ascensão econômica do país, o Estado atuou de forma centralizadora, paternalista e clientelista, como destaca Burzryn (1987).

A austeridade das ações políticas favoreceu a assunção de artificialidades em vários recortes espaciais do país, onde projetos públicos foram executados sem sequer coadunar com a realidade a que foram aplicados. Diversas políticas territoriais foram pensadas e geridas por uma máquina governamental que ignorou o conhecimento e as aspirações das comunidades locais, concebendo e implantando ações numa perspectiva unilateral, já que amputava a participação dos demais agentes territoriais nesse processo de condução das políticas públicas.

Esse cenário ganha novos contornos, sobretudo, com o processo de redemocratização política pós a Constituição de 1988, que legitimou a eferescente necessidade de se empreender políticas mais democráticas e plurais. Há uma emersão de novas discussões sobre a participação política, que reforçam a necessidade fundamental da participação da sociedade desde o planejamento até a execução das políticas governamentais, no sentido da democratização da gestão pública. Verificam-se mudanças importantes nas últimas duas décadas, no âmbito da política e da sociedade, com o surgimento e ampliação de espaços públicos de discussão e decisão política que buscam envolver frações da sociedade civil, abrindo uma interlocução e redefinindo as relações Estado-Sociedade. O próprio processo de descentralização administrativa desencadeado coloca para a escala local desafios e novas possibilidades de gestão do território, pela proximidade e acessibilidade as populações, atributo mais factível às instâncias locais de poder.

É claro, que essas novas proposições políticas ainda estão muito centradas no campo das idéias, pois as estruturas oligárquicas resistem em corroborar com as transformações e criam mecanismos para meandar por essas novas manifestações políticas e culturais. Ainda se constitui em prática corrente as manobras realizadas por muitos representantes políticos, que continuam utilizando a parafernália estatal para reproduzir políticas verticalizadas, clientelistas e paternalistas, articulando sincronicamente estratégias para sustentar uma estrutura pública que viabiliza anseios privados, em detrimento dos interesses mais gerais da sociedade. Dessa forma, inibi-se a liberdade do indivíduo, que *“emudece e empresta sua voz, tornando-se, paralelamente, o ventríolo daquele que fala em seu lugar”* (SANTOS, 2007, p. 95).

Diversos setores da sociedade têm empreendido um esforço para dirimir os abusos de autoridade, se opondo às praticas estabelecidas na história política nacional. No plano das políticas públicas, os rebatimentos dos princípios democratizantes se refletem na adoção de novos modos de condução das políticas territoriais, baseado na construção da autonomia e participação ativa de instituições e entidades que integram o complexo campo comumente chamado de sociedade civil. Esse contexto elucida a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), coordenado pela Secretaria de

Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), cuja finalidade é valorizar a descentralização da tomada de decisão, fortalecer as redes sociais de cooperação e dinamizar a economia dos territórios com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, o entendimento das noções de território e rede facilita a compreensão dessa nova realidade política que tem sido instigantemente configurada, pois “*o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; [...]*” (SAQUET, 2007, p. 118). Nesse sentido, esse autor explica o conceito desenvolvido por Dematteis, sobre o chamado *sistema local territorial (Slot)* para ratificar e embasar suas proposições. Saquet (2007, p. 115) defende que “[...] *os planos e as políticas de desenvolvimento devem partir de uma geografia que reconheça as relações, ou seja, de uma geografia da territorialidade*”, sendo que as redes estabelecidas entre os diferentes sujeitos, “[...] *são um instrumento conceitual e operativo para governar a territorialidade*” (Ibidem). Assim, salienta-se a necessidade de cada *Slot* ser capaz de se *autorepresentar* e de se *autoprojetar*.

É possível constatar que há uma correlação entre os conceitos acima destacados com a proposição política do governo. Essa nova concepção política estatal fragmentou o espaço em recortes de planejamento, denominados territórios, numa tentativa de incidir uma gestão política participativa por meio da interação entre os sujeitos territoriais, que são articulados através das redes ditas horizontalizadas. Propõe-se que cada território seja capaz de gerir seu substrato de atuação, tal como Saquet destaca na idéia do *Slot*, sobre a capacidade de *autoapresentar-se*. Concomitantemente, ainda na lógica das redes, acredita-se numa articulação entre os diferentes territórios, que então passam a compor um território uno, total.

Teoricamente com a implantação do PDSTR essas redes territoriais além de favorecer a integração e a descentralização das ações públicas tornam-se instrumentos operacionais que veiculam uma grande bandeira: o desenvolvimento sustentável. Através das redes é possível permutar e fortalecer experiências econômicas que valorizem os recursos territoriais numa perspectiva solidária, consolidando alternativas para a geração de emprego e renda que não comprometam a existência digna das gerações futuras. O caráter apologético dessa premissa de sustentabilidade expressa no programa em tela pode ser verificado na própria formulação de estratégias que visam apoiar o associativismo e cooperativismo, já que essas organizações civis além de buscar a participação política, envolvendo-se no processo de planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação das políticas públicas territoriais, são segmentos da sociedade civil fundamentais no fortalecimento da agricultura familiar e da chamada economia solidária.

Porém, a implantação do PDSTR não garante o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, assim como não assegura o estabelecimento da horizontalidade e da participação social e política no processo de gestão territorial, nem tampouco sua legitimação irá provocar rupturas imediatas na forma de condução das políticas públicas e desencadear sincronizações espaciais tão harmônicas. Por isso, destacamos que as futuras pesquisas serão imprescindíveis para elucidar e avaliar a materialização dessas propostas. Aqui, cabe sinalizarmos o contexto que favoreceu a assunção e valorização da sociedade civil, bem como destacar as novas concepções políticas que regem a forma de interação entre o Estado e sociedade, já que elas têm imbricações diretas com a realidade empírica a que propomos investigar.

A PROPOSTA DA SDT/MDA E SUAS IMBRICAÇÕES COM A REALIDADE EMPÍRICA DO TERRITÓRIO DO SISAL

O Território do Sisal, onde atua Arco Sertão - entidade não-governamental que estamos investigando - é um dos recortes espaciais delineados pela política territorial proposta pelo Governo Federal. Esse território, conhecido pela cultura do agave sisalana, o sisal, apresenta uma realidade conflituosa, pois paralelo a efervescência de experiências de participação da sociedade civil, como a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Agência Regional de Comercialização da Bahia (ARCO SERTÃO BAHIA), o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES-SISAL), entre tantas outras, potencializadas pela adoção de um novo entendimento de gestão territorial, o mesmo é marcado pela historicidade de políticas paternalistas e clientelistas.

Essa realidade mostra-se como um campo de forças, pois, de um lado encontra-se a política paternalista e clientelista que tenta inibir a atuação de forças que se mostram contrárias às suas premissas, como é o caso de organizações coletivas comprometidas com seus ideais de liberdade, e do outro, estão essas entidades da sociedade civil, que como destaca Santos (2007) apesar de muitas dessas organizações terem surgido por incentivo de políticos locais, elas em grande parte se ainda não conseguiram, estão tentando desvencilhar-se dessa cooptação política, cortando o cordão umbilical que contribui para a estabilidade dessas estruturas oligárquicas, como ratifica o depoimento a seguir:

A nossa associação foi criada por vereadores, na época, ela vai fazer dez anos, e a nossa associação foi criada assim, foram pessoas políticas, vereadores ou futuros vereadores, uma coisa assim, que foram lá e jogaram a idéia e aceitaram a diretoria, toda uma coisa assim. Então isso foi o primeiro pé pra que a associação fique o tempo inteiro aos pés da prefeitura. Então é bastante complicado, *a gente conseguiu desgrudar*, mas não é tão fácil, porque o fruto disso, a gente vê até hoje, porque não foi uma coisa planejada, não foi a comunidade que sentiu a necessidade de uma associação e disse: vamos juntar e criar uma associação. A gente sequer sabia o que era uma associação, pouco que ouvia falar, e apareceu e foi acatada a idéia. E ficou um certo tempo o livro de atas nas mãos de vereadores, e depois alguém conseguiu pegar, e foi uma trabalhadeira. E hoje a gente tá tentando se organizar cada vez mais (Representante de Associação do Município de Nordestina, apud SANTOS, 2007, p. 192-3, grifo da autora).

A Região Sisaleira, atualmente reconfigurada e chamada de Território do Sisal, ainda é *“uma das mais pobres do Brasil, secularmente sujeita as secas”* (SILVA; SILVA, 2006, p. 192), marcada por um *“quadro de extrema pobreza e estagnação”* (p. 163). Nessa perspectiva, *“as ações direcionadas pelo Governo do Estado da Bahia, nos últimos 12 anos, não têm conseguido provocar o desenvolvimento da região”* (CAR, 1995, apud SANTOS, 2007, p. 27). Alguns municípios que constituem este recorte espacial são considerados eminentemente rurais, como sinaliza Silva e Silva (2006) e Santos (2007), onde a população tem a atividade agropecuária como a maior provedora de seus recursos financeiros.

Todavia, é instigante notar como em meio a um contexto tão adverso, com marcas de palperização das condições de vida, há um forte crescimento e fortalecimento da sociedade civil. Em trabalho recente, Santos (2007), destaca justamente como a necessidade de suprir

dificuldades básicas do ser humano, almejando obter algum benefício, principalmente para si próprio, tem motivado o associativismo na Região Sisaleira, aglutinando pessoas, para tornar-se por meio de uma coletividade mais propícia a vencer os desafios e ter êxito em suas aspirações, porque “*a força do grupo pode compensar a fraqueza do indivíduo*” (DALLARI, 2004, p. 37).

Todo esse contexto nos revela a complexidade da implantação da nova política proposta pela SDT/MDA no Território do Sisal, cujas especificidades anseiam por uma eficiência e coerência na condução das políticas públicas, de forma a garantir a participação política dos diversos segmentos da sociedade civil, como ONG's, associações e cooperativas, que tem reescrito a história regional, no sentido de fomentar a construção e fortalecimento da participação social e política, e de configurar arranjos produtivos baseados na intercooperação e na responsabilidade sócio-ambiental.

Nesse cenário, destaca-se o papel da Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco Sertão) enquanto organização coletiva protagonista na gestão territorial, sendo legitimada a atualmente representar 25 entidades da sociedade civil, situadas em grande maioria no Território do Sisal. Ela faz uso dessa nova política territorial para potencializar sua atuação sob a forma de redes territoriais, bem como para participar com mais veemência dos espaços decisórios do território.

ESTRATÉGIAS E OBSTÁCULOS DA ARCO SERTÃO NA VIABILIZAÇÃO DA REDE DE ARTICULAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA NO TERRITÓRIO DO SISAL

A Arco Sertão inicialmente surgiu para superar algumas vicissitudes sócio-econômicas de grupos formados por beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Capacitados nos mais diversos processos produtivos através do Programa Nacional de Emprego e Geração de Renda, entre atividades como corte-costura; artesanatos de sisal, de tecido e de palha; embutidos e defumados de carne bovina e caprina; laticínios; apicultura; avicultura; dentre outras, nasceu a idéia de unir os esforços e possibilitar uma permutação de experiências oriundas das atividades da agricultura familiar.

Ancorada pelo desejo coletivo de fomentar e fortalecer a produtividade regional e a comercialização, preocupando-se em auferir uma rentabilidade financeira numa perspectiva sustentável para seus associados, a Arco Sertão, concomitantemente, também promove através das redes que inter cruzam diferentes sujeitos, um despertar político, enfatizando a fundamental necessidade de apreender e empreender a participação política, buscando a autonomia como forma de se *autoafirmar* enquanto sujeitos (individuais e coletivos) ante as estratégias de cooptação política que estão entranhadas no imaginário político e social do Território do Sisal. Nesse rumo, são muitas as adversidades que acabam por transformar-se num tecido conjuntivo no corpo social. É pela consciência das dificuldades impostas pelo cotidiano que se ratifica a necessidade de agrupar-se para lutar com mais veemência por ideais comuns, tendo em vista que

sempre que um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar em um conjunto por um objetivo algum resultado é conseguido, e sempre o grupo consegue mais que qualquer de seus integrantes obteria se agisse isoladamente. E mesmo que se consiga relativamente pouco, em vista do objetivo almejado, essas pessoas adquirem um preparo e obtêm conhecimentos que serão muito úteis em outros empreendimentos. (DALLARI, 2004, p. 46-7).

Entretanto, resistir e enfrentar esquemas enraizados de cooptação política, cujas ações são estratégicas em coibir a liberdade do indivíduo, implica em deparar-se com grandes desafios, que exigem uma efetiva organização do grupo. Mas, a estruturação da Arco Sertão ainda está acoplada há problemas internos, que dificultam sua atuação no Território do Sisal. A dinamicidade e materialização das redes empreendidas por essa entidade não tem permitido uma efetiva democratização da participação dos seus filiados nas decisões.

Scherer-Warren (1999) destaca como a utilização das redes vai ao encontro das proposições das ações coletivas, já que por meio delas justifica-se uma prática social que enfatiza o ideal de democracia, de forma a possibilitar a conexão de diferentes sujeitos sociais, sem, contudo, ignorar a diversidade e a participação política. Nesse sentido, tem-se a idéia de que por meio das redes, os nós são intercalados sem que haja uma centralização do poder, concebendo formas horizontais de relacionamentos.

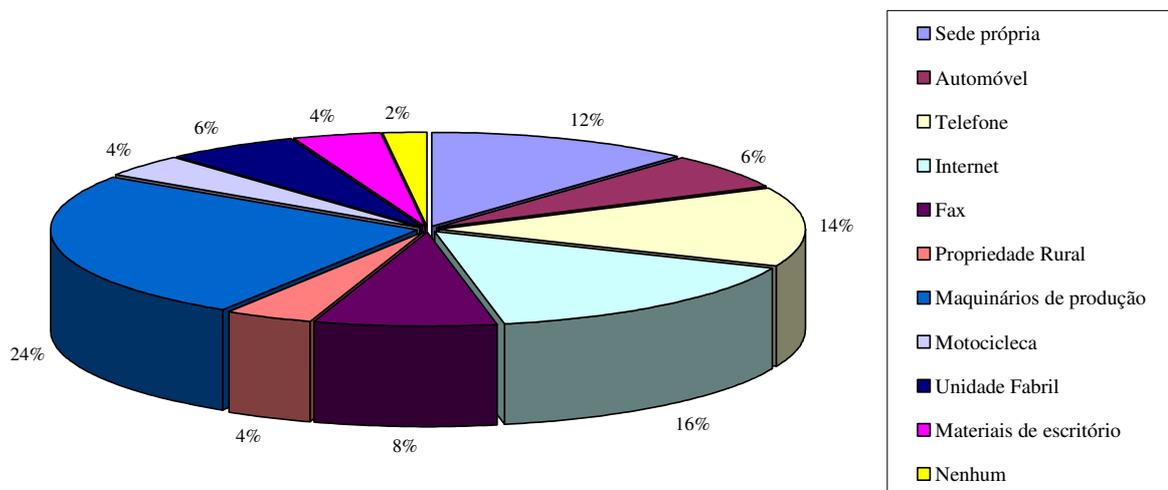
A horizontalidade característica nessas redes pressupõe uma operação conjunta, baseada em princípios de colaboração e cooperação, exigindo um elevado nível de articulação entre os participantes, que devem estabelecer um diálogo sinérgico. Porém, as dificuldades sócio-econômicas do Território do Sisal, já ilustradas neste estudo, refletem na estruturação da entidade em foco. Devido a condições econômicas desfavoráveis, é emblemática a acessibilidade a tecnologias de informação e comunicação avançadas, que poderiam potencializar o uso das redes. Apesar de já se constatar um crescimento no uso da internet para fomentar a comunicação entre os sócios, por exemplo, este recurso ainda é muito tímido. Cada entidade civil filiada a Arco Sertão, utiliza com frequência o recado por terceiros ou o contato direto informal para comunicar-se entre si. Não se trata aqui, de desvirtuar o mérito dessas diferentes formas de comunicação, mas evidentemente elas não provocam instantaneidade de interações, inibindo a dialeticidade das redes.

[..] Têm comunidades que não tem nem internet. Tem na sede. A sede é Valente. Mas tem empreendimento que está a 60 km da sede e lá não tem internet. Se chegou, chegou telefone público, porque celular também não pega. Têm municípios que mesmo que tivessem computador, internet, as pessoas ainda não dominam essa informática, mas é um processo que a gente tá tentando de capacitação, porque assim na academia a gente aprende que a era da informação tá aí, que é pra todo mundo. Mas o processo é bem mais complexo. Aí, quando você vai criar forma de produção pra essas pessoas, internet é inviável, celular também não pega. Então assim, é uma coisa que é ilusão. As pessoas falam: ah, por que vocês não criam o site da Arco? As pessoas não têm nem a cultura de ler, entendeu? Então assim, nesse processo de comunicação da Arco, a gente tem tentado trabalhar também como é que a gente vai melhorar essa comunicação interna. [...] Eu acho que além dessa infra-estrutura, tem também um processo de capacitação e de cultura (Representante do MOC – entrevista realizada em 09.10.2007).

O cotidiano impõe àqueles que estão na liderança tomada de decisão, que devido as dificuldades de articulação não são compartilhadas com a coletividade. Mas, os envolvidos nessa rede de mobilização social, mesmo tendo consciência que a centralização da informação é um problema interno que precisa ser superado, pois prejudica desenvolvimento da Arco Sertão, continuam a acreditar no poder do associativismo e do cooperativismo, e não abrem mão desse engajamento político.

A possibilidade de ascender-se das condições históricas de atraso social sobrepõe as sinuosidades de articulação impostas pelo contexto político-econômico territorial. Mais de 80% das entidades civis que constituem a Arco Sertão não dispõem sequer de uma sede própria para funcionar “Figura 1”, entretanto isso não inviabiliza o trabalho coletivo, que é desenvolvido apesar de uma situação financeira desfavorável. São justamente os entraves econômicos que fundam a vontade de agrupar-se, e paralelamente ganham uma conotação política.

Figura 1 - Infra-estrutura e equipamentos das entidades filiadas a Arco Sertão



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro a maio, 2008.
Elaboração: Jamille da Silva Lima.

Mesmo com tantos entrepostos na viabilização das redes, mais de 90% das organizações filiadas a Arco Sertão que estão situadas no Território do Sisal, participam dos espaços que definem a gestão territorial, fazendo uso da nova proposta política do MDA/SDT para inserir-se nas decisões que gestam os rumos dos seus lugares de vivência e atuação, incomodando e preocupando os representantes políticos deste recorte espacial, que “são geralmente de um mesmo grupo, quando não guardam relações de parentesco” (SANTOS, 2002, apud SANTOS, 2007, p. 75).

Na realidade, os integrantes da Arco Sertão necessitam do apoio do poder público para viabilizar o desenvolvimento de suas atividades, exceto a APAEB/Valente que já tem uma historicidade e estabilidade maior. Os sócios, sozinhos, enfrentam muitas dificuldades para pagar as despesas ínfimas e básicas de suas respectivas associações e cooperativas. O próprio maquinário que possibilita a produtividade é em sua quase totalidade oriundo de projetos federais ou estaduais. Contudo, principalmente os representantes do poder público municipal tentam inviabilizar o trabalho dos diversos segmentos da sociedade civil, inclusive articulando-se com esferas hierarquicamente maiores para eficazmente amputar o crescimento político e econômico almejado pelas entidades não-governamentais em tela, como demonstra os depoimentos a seguir:

[...] Tem também questões políticas que a gente tenta o máximo não envolver, mas de uma certa forma eles não deixam de... Então assim, muitas vezes quando a gente precisa de algo, solicitar alguma coisa, a gente vai lá e... não diz que não, mas depois a gente

ver a dificuldade que é pra conseguir, não facilita. Eu acho que isso acontece por eles saberem que a gente é uma organização não-governamental, que a gente tem o apoio de entidades como o sindicato, por exemplo, né? Então assim, se fosse uma coisa do interesse deles, assim, pra o nome da prefeitura, tudo bem, mas tem a questão da autonomia. Nós perdemos um projeto de R\$ 60.000,00 que seria pra a construção da sede e a aquisição de equipamentos. Então assim, a maior parte de culpa foi da prefeitura, porque esse recurso viria em conta da prefeitura e aí precisava de certidões e de muita coisa por exigência da Caixa. E, foi um período assim, de muita luta, de muita persistência e como eu te falava, não dizia que não, mas dava maçada mesmo pra fazer as coisas que tirava a paciência e acabou passando o prazo (Representante de Cooperativa filiada à Arco Sertão do Município de Retirolândia – Entrevista realizada em 18.04.2008).

Dessa forma, percebe-se a importância de se empreender políticas participativas, que valorizem a transparência das ações públicas, para não alimentar e veicular uma estrutura pública dissimulada, que reproduza ações verticalizadas e elitistas. Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, que visa o envolvimento dos diversos agentes territoriais no processo de gestão, a partir da democratização da tomada de decisão.

A Arco Sertão, como agente protagonista nesse processo, tem buscado estabelecer uma relação intrínseca entre essas novas políticas territoriais que propõe uma maior descentralização e sua forma de assunção no campo político e econômico, utilizando esses substratos legais para potencializar o seu organograma coletivo, baseado na promoção das redes, que mesmo com muitas dificuldades de operacionalização, fomentam uma mobilização política, econômica e social em um território tão adverso, rotulados por muitos como inóspito. Assim, acredita-se que o trabalho desenvolvido por esta ONG no Território do Sisal contribui ainda para sensibilizar a sociedade civil organizada no sentido de romper com políticas baseadas no assistencialismo e no clientelismo, buscando “[...] *conceber as ações e as obras do poder público não como respostas de boa vontade ou da capacidade e preocupação especial das autoridades e sim como um direito das pessoas*” (SOBARZO, 2006, p. 108).

CONCLUSÃO

Os resultados das análises empíricas em sincronia com as discussões teóricas apontam as estratégias, obstáculos e desafios da Arco Sertão na viabilização da rede de articulação institucional, pois apesar desta agência contribuir no processo de mobilização social no Território do Sisal e, alicerçar-se nos ideais de horizontalidade das redes, uma vez que propõe-se abrir espaço para uma atuação participativa e descentralizada, é necessário sucumbir a algumas práticas e situações que favorecem a concentração do poder, como a centralização de informações e a inércia da articulação dos fluxos concretos e abstratos. Dessa forma, a abrangência de atuação desta ONG em vários municípios ao mesmo tempo em que potencializa sua representatividade política e econômica, torna-se também um entrave a integração de uma miríade de pontos que corporificam o conjunto.

Porém, apesar das dificuldades para viabilizar à conexão dos nós, a Arco Sertão tem possibilitado uma articulação de diversas organizações da sociedade civil, conferindo uma expressividade ainda maior do que já lhe é concedida no Território do Sisal, o tem fortificado sua atuação ante os esquemas enraizados de cooptação política neste recorte espacial. Para tanto, a política do MDA/SDT tornou-se uma ferramenta essencial nesse processo, pois viabilizou uma

maior abertura no campo legal para intervenção das organizações coletivas não-governamentais, permitindo que Arco Sertão, enquanto agência regional possa usar essas novas proposições políticas para participar dos espaços decisórios de gestão territorial.

Nesse sentido, a Arco Sertão que inicialmente surgiu com interesses produtivos e comerciais da agricultura camponesa, visando melhorar a condição socioeconômica dos seus filiados a partir do estabelecimento de redes sociais que promovem a diversificação e inovação das atividades cooperativistas e associativistas segundo uma perspectiva sustentável, acaba promovendo também uma inclusão política dos seus associados, já que através dos nós que inter-cruzam vários sujeitos, ela fomenta e fortalece a autonomia política, social e econômica dos envolvidos em sua rede.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia**: relações com o desenvolvimento. 295 f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, S. B. de M e; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. ampliada. Salvador: EDUFBA, 2006.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.